



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2024.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União, a respeito da notícia que as operações de combate à corrupção da CGU, despencaram no atual governo.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União - CGU, informações quanto à notícia que as operações de combate à corrupção da CGU, despencaram no atual governo.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Quais são as justificativas para a drástica redução nas operações de combate à corrupção sob sua gestão? Essa diminuição reflete uma mudança de prioridades ou uma falta de recursos?
- 2- Como o senhor planeja restaurar a confiança da população nas instituições públicas diante da queda nas ações de fiscalização? Que medidas concretas estão sendo implementadas?
- 3- O que o senhor diria para os cidadãos que se sentem desprotegidos e desiludidos com a possibilidade de impunidade em casos de corrupção?





- 4- Há planos para reavaliar e fortalecer as estratégias de combate à corrupção? Que tipo de colaboração está sendo buscada com outros órgãos de controle?
- 5- Como o senhor vê o papel da CGU em um cenário onde a corrupção parece estar se tornando mais tolerada? O que pode ser feito para reverter essa tendência?
- 6- O que está sendo feito para garantir que a CGU tenha autonomia e recursos suficientes para atuar de forma eficaz, mesmo em um ambiente político desafiador?
- 7- Quais são os riscos que essa redução nas operações pode trazer para a sociedade, especialmente em relação à confiança nas instituições e à proteção dos recursos públicos?
- 8- Existem pressões políticas que estão influenciando a diminuição das operações de combate à corrupção? Como a CGU está lidando com essa questão?
- 9- Para o ministério a corrupção deixou de ser crime grave? Ou simplesmente não é mais prioridade, por quê?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da CGU entenda como pertinentes, sobre o tema em tela.

JUSTIFICAÇÃO

A situação em relação às operações de combate à corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU) é alarmante. A drástica redução dessas ações sob o atual governo levanta sérias preocupações sobre a integridade das instituições públicas e a transparência no uso dos recursos públicos.





De acordo com notícias divulgadas¹, o volume de operações especiais da Controladoria-Geral da União (CGU) de combate à corrupção despencou no governo Lula, passando de uma média de 66 operações por ano na gestão de Jair Bolsonaro (PL) para 37 em 2023 e 33 até outubro de 2024, registrou “O Globo”². Esse é o menor patamar desde o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), quando a CGU participou de 32 operações especiais em parceria com outros órgãos como Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público, Tribunais de Contas e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O recorde de operações da Controladoria-Geral da União foi registrado em 2020, com 96 operações. Em 2021, foram 64. Com a pandemia, o órgão de controle concentrou esforços no monitoramento de gastos emergenciais de enfrentamento à Covid. A queda do número de operações especiais coincide com a reformulação interna da controladoria-geral, diz o jornal. Em 2023, o governo Lula extinguiu a Secretaria de Combate à Corrupção, incorporando o trabalho da área às atividades da Secretaria Federal de Controle Interno.

Ressalta-se, que nos últimos anos, a luta contra a corrupção foi uma prioridade no Brasil, trazendo à tona casos de impunidade e práticas corruptas que comprometem o desenvolvimento social e econômico do país. No entanto, com a queda significativa nas operações da CGU, o risco de retrocesso nesse combate é iminente. A diminuição da fiscalização e da punição pode encorajar comportamentos corruptos, criando um ambiente propício para a impunidade.

Além disso, essa diminuição não apenas enfraquece os mecanismos de controle, mas também pode gerar um efeito cascata na confiança da população nas instituições. Se os cidadãos percebem que a corrupção não será combatida de forma efetiva, isso pode resultar em um desinteresse generalizado pela política e na aceitação de práticas corruptas como norma.

¹ <https://oantagonista.com.br/brasil/operacoes-de-combate-a-corrupcao-da-cgu-despencam-no-governo-lula/>

² <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2024/10/sob-governo-lula-cgu-reduz-operacoes-especiais-de-combate-a-corrupcao.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Por fim, é crucial que a sociedade civil e os órgãos competentes se mobilizem para exigir transparência e accountability. A luta contra a corrupção é uma responsabilidade coletiva e, se não forem tomadas medidas urgentes, o Brasil pode estar caminhando para um cenário de maior desconfiança e degradação nas relações institucionais.

Pelo exposto, apresenta-se este requerimento de informações, instrumentalizando a função fiscalizadora do Parlamento.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

